

Pátio cercado com árvores de espinho e outras frutas, sem ordem e sem simetria: o quintal doméstico e a economia de abastecimento das Minas Gerais (séculos XVIII e XIX).

José Newton Coelho Meneses
Universidade Federal de Minas Gerais

RESUMO

A comunicação apresenta resultados parciais de pesquisa em andamento. Considera, a partir de leitura de Inventários post mortem, narrativas de viajantes estrangeiros e documentação das Câmaras da Vila do Príncipe, de Vila Rica e da Vila de Sabará, que os quintais domésticos, urbanos e rurais, são lugares de relações de sociabilidade de vizinhança, de domesticidade, de educação da infância e, sobretudo de trabalho e de produção de alimentos, contribuindo sobremaneira com a economia de abastecimento local. Pomares, canteiros de hortaliças e de ervas medicinais, galinheiros, chiqueiros e, eventualmente, moinhos e enghocas, caracterizam esse território da família e o evidenciam como espaço de mediação entre a morada e o arruamento. Intimamente ligado à cozinha, contribui para a formação de uma culinária típica e de um gosto específico. Na perspectiva da cultura material e da análise em escalas, o estudo sobre os quintais permite apreender aspectos primordiais da sociedade mineira do período.

PALAVRAS-CHAVE:

Quintais; Economia de abastecimento; Cultura Material; Minas Gerais.

ÁREA:

1. História Econômica e Demografia Histórica.

Pátio cercado com árvores de espinho e outras frutas, sem ordem e sem simetria: o quintal doméstico e a economia de abastecimento das Minas Gerais (séculos XVIII e XIX).

(...) existe um porão da civilização, um domínio onde a rotina, a inércia, a consciência fraca estão em sua influência máxima, um espaço onde reina o silêncio sobre experiências comuns porém vividas majoritariamente no foro íntimo, uma temporalidade longa marcada por fracas rupturas, mudanças pouco visíveis, em que predominam os hábitos, os costumes, as tradições que escapam da datação fácil e das divisões sociais reconhecidas

Daniel Roche (*História das coisas banais*)

A presente comunicação objetiva apresentar os primeiros resultados, mais reflexivos que documentais, de uma pesquisa que apenas se inicia: os quintais nas Minas Gerais dos setecentos e início dos oitocentos. A pesquisa, que se pretende ampliada, tem aqui, portanto, apenas uma primeira apreciação mais problematizadora que interpretativa, tomando um dos fatores que envolvem esse objeto: a contribuição dos quintais domésticos na economia abastecedora dos aglomerados urbanos das Minas, no final do período colonial. A partir de Inventários *post mortem* que sensibilizaram o autor para o objeto e de poucos documentos camarários, privilegia-se as narrativas dos viajantes estrangeiros que percorreram o território das Minas no início do século XIX e a percepção que os mesmos tiveram desses espaços.

O estudo que se faz tem motor metodológico amplo que não cabe aqui evidenciar, mas que se pode, resumidamente, apresentar como eixado em duas perspectivas historiográficas: a da cultura material e a do jogo de escalas. No primeiro caso tomamos as coisas da vida e os objetos não apenas como produtos do trabalho humano, mas como documentos que na leitura intertextual nos permite verificar estruturas e significados sociais ampliados. No segundo caso, transpomos para os espaços construídos, o pensamento de Jacques Revel sobre os grupos minoritários sociais, em sua discussão com Edoardo Grendi, Carlo Ginsburg e Giovanni Levi. Ele questiona se “as margens de uma sociedade dizem mais sobre ela do que o seu centro” e tal questionamento estimula a pensar o contexto da economia abastecedora a partir da produção caseira dos quintais.¹

Lugares de pomares e de hortas, das flores, das especiarias para temperos e das ervas medicinais, dos galinheiros e dos *chiqueiros* osquintais são, acima de tudo, espaços de relações humanas, de domesticidade e de contatos com a vizinhança. São, enfim, espaços primordiais para se entender a cultura setecentista e oitocentista de Minas.² Distintos da paisagem da rua, eles são, provavelmente, os territórios de maior atividade humana das urbes e dão, como áreas verdes, equilíbrio à paisagem dos aglomerados populacionais. No mundo rural, de forma distinta, complementam a rarefeita paisagem edificada e são, decerto forma, secundários às atividades produtivas da roça.

¹ REVEL, J. A história ao rés do chão. Prefácio. In: LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial*. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 34.

² *Chiqueiros* são os espaços cercados de criação de porcos; pequenos currais de variável rusticidade, na maioria das vezes, com área coberta restrita.

Nos aglomerados urbanos ou nas fazendas, os quintais são extensão das casas. Talvez, melhor dizendo, são parte delas. Tomando-as com suas diversas funções – proteção, acolhimento, trabalho, relações familiares – as casas têm nos quintais o instrumental de boa parte dos papéis culturais a elas destinados nesse tempo. Não possuem, os quintais, apenas função laboriosa, mas encarnam aspectos fundamentais da construção do cotidiano familiar e das relações da família com a sociedade. Falar deles, então, implica em historiar essa ligação íntima do quintal com o edifício da casa.³ No entanto, ele se liga, também, à rua, mesmo que não seja dela extensão ou parte. Sua relação com o espaço público é de ordem distinta: é sim, de intermediação.

Os quintais nesse espaço histórico apresentam-se como excelente perspectiva de pensar as relações sociedade/natureza na construção da materialidade cotidiana, em período da colonização das Minas Gerais setecentistas e oitocentistas. São, ainda, lugares que congregam um acervo de elementos materiais da cultura, denotando perspectivas construtivas dos espaços urbanos, peri-urbanos e rurais, no universo colonial do sertão americano.

O presente texto, repetindo, apresenta-se como uma interpretação preliminar e problematizadora sobre esse lugar domiciliar importante. Tal interpretação é evidenciada materialmente por documentos históricos que falam desse espaço. É, por outro lado, a busca de construção conceitual, ou seja, de explicação lógica e sistematizada sobre um lugar. Espaço, lugar, paisagem e território: expressões de significados complexos e de discussão interdisciplinar, que serão de utilidade em nossa busca compreensiva que, por hora, não objetiva interpretar a amplitude das relações dos quintais com a casa e a rua e, menos ainda, as suas representações como espaço do homem na natureza. Neste artigo buscamos uma mínima caracterização dos quintais, para firmar o pé nesse lugar.

De antemão, é preciso compreender que a dicotomia cultura/natureza é insuficiente para a interpretação de espaços construídos. As noções de espaço, lugar, paisagem e território já trazem embutida a idéia da presença do homem na *physis*, transformando-a. Não há, para o historiador, a possibilidade de conceito de espaço sem a cultura e, assim, não é fundante a idéia de *espaço natural* em História. Os quintais, aqui considerados os urbanos e os rurais, então, são espaços complexos que exigem variáveis múltiplas na busca de sua definição. São lugares do homem em uma dada natureza construída.⁴

Como problema histórico há perspectivas elementares nos quintais que poderiam ser focos de análises múltiplas e, às vezes, paradoxais. Quando localizados no “meio urbano” são lugares onde o mundo rural se materializa de forma efêmera, embora contundente. Apresentam-se, por outro lado, como espaços de sociabilidade de vizinhança, marca de urbanidade. São, de outra forma, territórios da intimidade familiar e do recolhimento feminino e infantil. Abastecem a família e a vila na construção de uma culinária cotidiana, de um gosto alimentar próprio e no atendimento às

³ Para uma história da casa, na perspectiva de suas funções materiais, ver, dentre outros trabalhos, Daniel Roche: *História das coisas banais. Nascimento do consumo. Séculos XVII-XIX*, Rio de Janeiro, Rocco, 2000; especialmente a segunda parte do texto (A Vida Comum), capítulo IV (Casas rurais, casas urbanas); Fernand Braudel: *Civilização Material, Economia e Capitalismo. Séculos XV-XVIII. As estruturas do cotidiano*, São Paulo, Martins Fontes, 1995, especialmente o capítulo 4 (O supérfluo e o costumeiro: o habitat, o vestuário e a moda), em seu primeiro tópico (Casas de todo o mundo).

⁴ Uma reflexão sobre espaço e interpretação histórica pode ser vista em MENESES, J. N. C. Escalas espaço-temporais e História Cultural. Reflexões de um historiador sobre o espaço como categoria de análise. In: PAIVA, E. F.; AMANTINO, M.; IVO, I. P. *Escravidão, mestiçagens, Ambientes, Paisagens e espaços*. São Paulo: Annablume/PPGH-UFMG, 2011. (Coleção Olhares).

emergências para preservar a saúde das pessoas da casa e daqueles do círculo familiar. Têm equipamentos e estruturas que denotam a prática de artes mecânicas e fabris, além de serviços ordinários. São lugares da banalidade cotidiana, dos objetos da vida comum e da economia abastecedora local.⁵

Em um Inventário *post mortem* da região do arraial do Tejuco, no início do século XIX, os bens do inventariado Caetano Miguel da Costa, um viúvo, pai de seis filhos, o quintal de sua morada, na rua que sai para a Vila do Príncipe, é descrito como “*pátio cercado e engenho com água dentro, árvores de espinho e umas outras frutas*”.⁶ Na visão do naturalista francês Auguste Saint’Hilaire, em visita à região no início do século XIX, são lugares “*sem ordem e sem simetria*”. Aqui, portanto, dois discursos (o do Inventário e o da narrativa do estrangeiro) construídos sobre nosso objeto que o caracterizam minimamente. Vamos, então, a essas narrativas.

O arraial do Tejuco foi, ao final do século XVIII, a aglomeração urbana mais populosa da Comarca do Serro Frio, uma vasta região ao norte da Capitania de Minas Gerais. Possuía em nosso tempo de análise cerca de 6.000 habitantes, segundo a descrição de John Mawe, viajante inglês que o visitou em 1809. Próximos ao arraial, Mawe descreve outras aglomerações urbanas que gravitavam em seu entorno e “muita população esparsa nas fazendas de agricultura e criação, nos campos, nas lavras auríferas e diamantinas”.⁷

A descrição do viajante inglês nos informa das áreas produtoras rurais, o que nos faz presumir uma importante atividade de abastecimento alimentar, do qual participavam, também, as chácaras nas proximidades do aglomerado e os quintais urbanos e rurais. O próprio Caetano Miguel da Costa, citado acima, possuía uma chacara no ribeirão do Inferno, bem próximo ao Tejuco, onde tinha “pastos de criar com próprias casas cobertas de capim”. Da mesma forma, Mariana Joaquina Rosa possuía como propriedades imóveis, “duas moradas de casas com seus quintais com água dentro” e uma “chacara no subúrbio”, onde criava gado e possuía “três bestas de carga” que levavam seus produtos para o comércio no arraial.⁸ José Ribeiro da Silva possuía, de forma semelhante, casa nos arredores do arraial. Era “uma pequena casa e suas matas com uma senzala e casa de piar, paiol e uma engenhoca de moer mandioca”.⁹ Em Gouveia, arraial próximo ao Tejuco, João José de Aquino era proprietário de “um sítio no Ribeirão do Chiqueiro”, bem próximo à aglomeração, “com casas de vivenda cobertas de telha, paiol, moinho, árvores de espinho, bananeiras e capoeiras”, onde, também, criava gado (dezessete cabeças).¹⁰ Todos esses espaços descritos, nas proximidades das casas (“fogos”) participam de um processo produtivo de alimentos que envolve famílias.

⁵ *Banalidade*, aqui, tem o sentido complexo dado por Daniel Roche, em ROCHE, D. *História das coisas banais. Nascimento do consumo. Séculos XVII-XIX*, Rio de Janeiro, Rocco, 2000, pp. 12-13. Citando F. Dagognet, Roche considera que “Qualquer objeto, mesmo o mais comum, contém engenhosidade, escolhas, uma cultura.” E complementa: “Um saber e um acréscimo de sentido estão ligados a todos os objetos.” (*Ibidem*, p.19.)

⁶ BAT, Inventário 038, 2º Of., Maço 175, 1810.

⁷ MAWE, J. *Viagens ao interior do Brasil*, Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1978, p. 150.

⁸ BAT, Inventário 030, 1º Of., Maço 54, 1806.

⁹ BAT, Inventário 011, 1º Of., Maço 33, 1797, com Testamento anexo.

¹⁰ BAT, Inventário 043, 1º Of., Maço 47, 1805. Esse corpo documental dos Inventários *post mortem* de habitantes da Comarca do Serro Frio foi analisado em várias obras sobre a história de Minas Gerais e, especificamente, na questão do abastecimento alimentar em MENESES, J. N. C. *O Continente Rústico. Abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina: Maria Fumaça Editora, 2000.

Na leitura crítica de alguns viajantes estrangeiros que passaram pelo território da Capitania de Minas Gerais (depois Província de Minas Gerais, a partir de 1815) é clara a referência aos quintais e à sua importância. John Mawe diz sobre o mesmo Tejuco a que nos referimos acima, que é um aglomerado urbano “no declive de uma montanha, irregularmente construído. As ruas são desiguais, mas as casas em regra são bem feitas e bem conservadas, em comparação com outras cidades do interior”.¹¹ Os quintais das casas, observados por ele, são abundantes de “laranjas, abacaxis, pêssegos, goiabas e existe uma variedade de frutas indígenas, doces e ácidas, principalmente a jaboticaba, cheia de substância mucilaginosa”. Neles, ainda, “o gengibre e a pimenta crescem espontaneamente e com certeza cultivam-se várias especiarias com resultado.”¹²

A jaboticaba (“indígena”, no dizer do viajante), fruta da jaboticabeira (*Myrcia cauliflora*), é de origem sul-americana, espontânea em grande parte do Brasil, com maior frequência em Minas Gerais. É mais comum em regiões de clima sub-tropical úmido, existindo em diversas variedades (12 a 15). A de frutos maiores é a mais comum em Minas Gerais. É uma fruta exclusiva de pomares domésticos, não se encontrando plantações comerciais de jaboticabeiras. Explica isso, a precariedade da conservação de seus frutos. Sendo muito fermentável – a fermentação da jaboticaba é processo acelerado poucas horas depois de colhida – é apreciada para feitura de geléias, vinho e licores. O tempo de sua safra torna-se, assim, um período de intensa mobilização não só no gosto em apreciar a fruta, mas, também, na busca de fatura de seus produtos derivados. A jaboticaba do quintal permanece como marca simbólica das regiões centrais de Minas e a fruta denota forte expressão da cultura doméstica mineira. É árvore de porte médio a grande, dependendo da variedade, e seus frutos, tipo baga, são redondos e de coloração roxo-escuro, com polpa esbranquiçada e muito doce. É comum, em função das características de sua colheita difícil (que exige capacidade e destreza em subir nas árvores) e de sua periodicidade anual, tornar-se, em seu tempo de frutificação, motivo para encontros de pessoas em torno do quintal. Representa e simboliza, nessa tradição transformadora do evento natural, a *mineirice*, a domesticidade, o familismo e, em síntese, o quintal das Minas.

Para Frei Antônio do Rosário, em seu texto metafórico sobre as frutas do Brasil, publicado em Lisboa, em 1702, não é aconselhável o consumo da jaboticaba pelos membros do clero. Diz ele:

De jaboticabas livre Deus aos pastores do rebanho de Cristo; são como uvas ferraes, têm a raiz fora da terra. A cobiça é a raiz de todos os males: *Radix enim omnium malorum est cupiditas*; ainda mal porque o mundo diz e clama que o interesse está na Igreja e se é tão pública e notada a raiz da cobiça, os mamões e umbus são as frutas que servem para a obrigação dos Pastores Eclesiásticos, e não a Jaboticaba com as raízes de fora representando os interesses demasiados, as cobiças insaciáveis: *Radix enim omnium malorum est cupiditas*.¹³

Para além dos mamões e umbus, Frei Antonio do Rosário indica como fruta própria para os padres, o caju, que, segundo seu texto, une duas frutas em uma só: a castanha e o caju. Para ele, ambos “mostram a união, a paz e a concórdia que têm ou devem ter

¹¹ John Mawe: *Ibidem.*, p. 159.

¹² *Ibidem*, p. 161.

¹³ Frei Antônio do Rosário: *Frutas do Brasil numa nova, e asctica Monarchia consagrada á Santíssima Senhora do Rosário, author o seu indigno escravo Fr. Antonio do Rosario, o menor dos Menores da Serafica Família de S. Antonio do Brasil, & Missionario no dito Estado; Mandando-a imprimir O Comissário Geral da Cavallaria de Pernambuco Simam Ribeyro Riba. Lisboa, na Officinia de Antonio Pedrozo Galram, com todas as licenças necessarias. Ano de 1702.* p. 110-111. (a grafia da referência foi modernizada).

entre si”.¹⁴ O caju não é uma fruta comum nos quintais das Minas. Nada a inferir, no entanto, sobre a paz, a concórdia e a união dos pastores de Cristo no espaço setecentista mineiro. Isso não é nosso objeto. Voltemos aos quintais.

Os relatos dos viajantes que passavam pelos caminhos, roças e aglomerados urbanos das Minas Gerais ressaltam a hospitalidade e a boa qualidade da alimentação dos mineiros. Segundo alguns deles, essas características são explicadas pela formação doméstica das mulheres e por suas capacidades de administrar o cotidiano e de manter os quintais com diversidade de plantas. O quintal e a cozinha seriam prosseguimentos naturais um do outro, lugares de intimidade e de recolhimento da família e, essa característica seria a responsável pela hospitalidade da região. Auguste de Sant’Hilaire nos diz que

O interior das casas, reservado às mulheres, é um santuário em que o estranho nunca penetra, e pessoas que me demonstravam a maior confiança jamais permitiram que meu criado entrasse na cozinha para secar o papel necessário à conservação de minhas plantas; era obrigado a acender o fogo fora, nas senzalas ou em algum alpendre. Os jardins [quintais] sempre situados por trás das casas, são para as mulheres uma fraca compensação de seu cativeiro, e, como as cozinhas, são escrupulosamente interditados aos estrangeiros.¹⁵

O naturalista francês, descrevendo a Vila do Príncipe, nos informa, ainda:

[As] Casas estão no mesmo nível que a rua; como, porém, estão construídas em terreno inclinado, foi necessário procurar algum meio de conservá-las o nível, e nada se encontrou de mais prático do que apoiá-las pela parte traseira sobre colunas muito elevadas. (...) Cada casa possui um pequeno jardim [quintal] em que se plantam, sem ordem, bananeiras, mamoeiros, laranjeiras, cafeeiros, e se cultivam, a mais, couves e algumas espécies de cucurbitáceas.¹⁶

A interpretar os viajantes e as permanências da tradição do interior de Minas Gerais, os quintais são espaços de cultivo, de criação, de fazeres e de sociabilidades. Harmonizam-se aí, canteiros de hortaliças, pomar de frutas (de espinho, mucilaginosas, goiabeiras, bananeiras), produção de ervas medicinais, especiarias para temperos e conservação dos alimentos, espaço para cucurbitáceas (abóboras e morangas), criação de porcos e de aves para o consumo domiciliar e pequeno comércio do excedente. Lendo os Inventários *post mortem* do período setecentista, podemos acrescentar como seus componentes eventuais as engenhocas, os moinhos d’água e os teares.

Quintais são, em síntese, pequenas quintas. Assim os definem os dicionários antigos e contemporâneos. Eles se constroem atrás das casas e se prestam, ao primeiro olhar, para suprir as demandas alimentares do domicílio e da vizinhança. São, como mencionamos, parte das moradas.

As permanências na cultura popular mineira podem apresentar limites que, no processo histórico, transformaram o espaço das cozinhas em lugar não mais interditado ao visitante. Ao contrário, a hospitalidade mineira, hoje, convida o visitante bem-vindo para o ambiente do fogão e do preparo dos alimentos. O quintal, entretanto, permanente nas cidades interioranas, é território da família, das atividades mais domésticas e da intimidade cúmplice dos “da casa”.

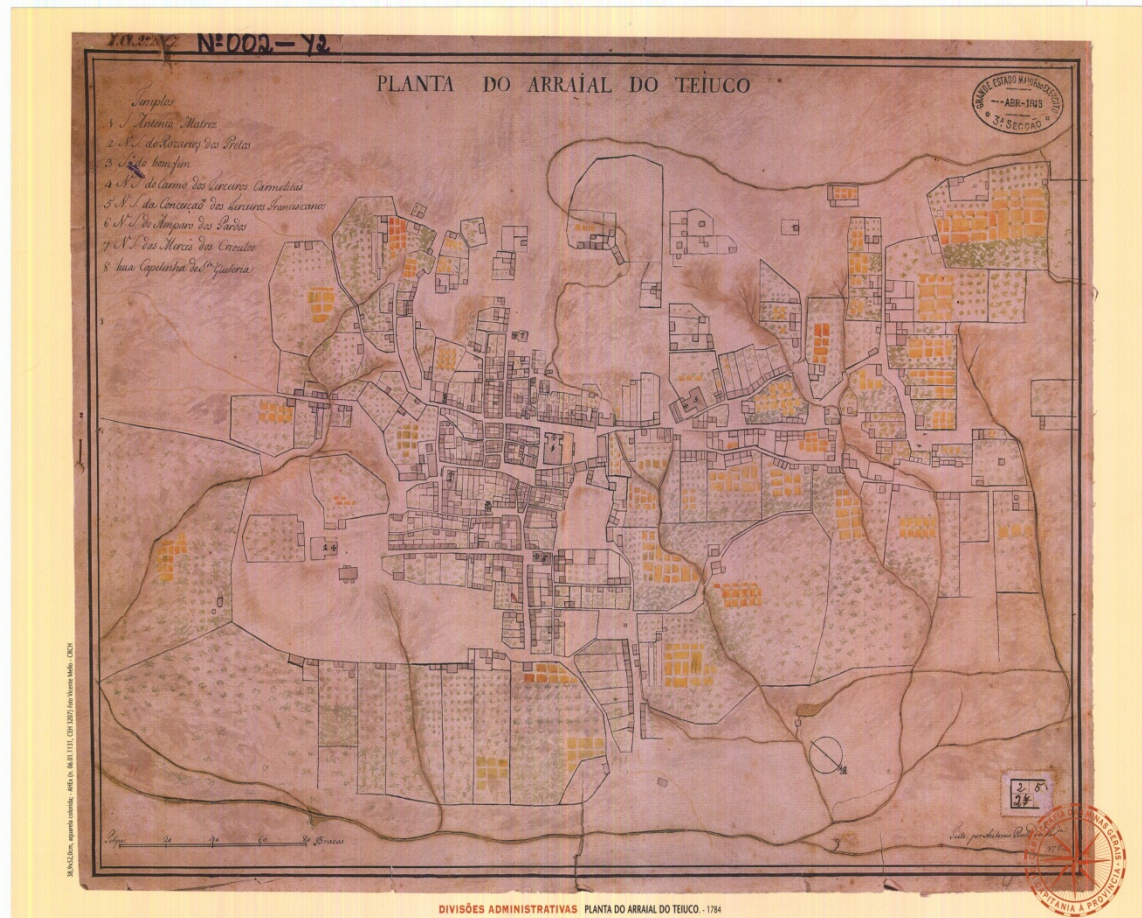
¹⁴ *Ibidem*, p. 111-112.

¹⁵ Auguste de Saint’Hilaire: *Viagens pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1975, p. 96.

¹⁶ *Ibidem*, p. 145-146.

Voltando ao século XVIII, mas permanecendo no Tejuco,¹⁷ podemos observar em mapa do período setecentista, a importância dos quintais na conformação do espaço urbano. O documento, de autoria de António Pinto de Miranda, é datado de 1784 e encontra-se no Arquivo Histórico do Exército, no Rio de Janeiro. A aquarela colorida é representação de um momento de intensa produção cartográfica sobre a região da Demarcação Diamantina, desde 1772, sob o regime de monopólio da extração de diamantes pela Real Extração, subordinada à Diretoria dos Diamantes, em Lisboa.

FIGURA 1



Fonte: Costa; Renger; Furtado & Santos, 2002.

A “Planta do Arraial do Tejuco”¹⁸ apresenta-nos uma paisagem urbana dominada pelos quintais. Aquarelados em cores e distinções evidentes na técnica do artista, mesmo sem legendas, permitem-nos a interpretação de espaços diferenciados e diversos. São pomares, hortas e seus canteiros de múltipla destinação, vegetações distintas (bananeiras, cucurbitáceas, etc), estruturas edificadas afastadas da morada de

¹⁷ Hoje, cidade de Diamantina.

¹⁸ Planta do Arraial do Tejuco, 1784; 38,9 x 52,0 cm, aquarela colorida. Arquivo Histórico do Exército/RJ, In: Antônio Gilberto Costa; Friedrich Ewald Renger; Júnia Ferreira Furtado & Márcia Maria Duarte dos Santos: *Cartografia de Minas Gerais. Da Capitania à Província*, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002. Coleção de Cartas, Plantas e Mapas.

residência ou do edifício eclesiástico que podem representar lugares de criação de suínos e de galináceos, ou mesmo espaços para engenhocas e moinhos.

Mesmo as igrejas possuem áreas em seu entorno que prenunciam um quintal de abastecimento próprio. É o caso, por exemplo, da representação da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, Nossa Senhora do Carmo dos Terceiros Carmelitas e Nossa Senhora da Conceição dos Terceiros Franciscanos.

Nas Minas Gerais setecentistas, também os edifícios da administração possuíam seus quintais com utilidades inequívocas. É o que nos demonstra o requerimento do carcereiro de Vila Rica, António de Serqueira, que em 3 de janeiro de 1747 solicita à Câmara a permissão e as providências para construir “nos quintais da mesma cadeia, uma casa que possa servir de enfermaria de alguns presos de enfermidades graves”. Para ele “as reformas nos quintais” seriam de custo baixo e teriam grande utilidade para salvar esses enfermos. O documento nos leva a pensar que os quintais do edifício público eram providos de ervas medicinais à disposição da futura casa de enfermaria.

A julgar pela Planta do Tejuco, é possível interpretar um pleno abastecimento de verduras, legumes, ervas medicinais, especiarias para temperos, abóboras e morangas, além de frutas de espinho e de outras variedades, carnes de porcos e de frangos, dada a grande quantidade de áreas demarcadas como canteiros, pomares, chiqueiros e galinheiros. Quanto mais se afasta da concentração central do arraial, maiores são as pequenas quintas no espaço interior das áreas domiciliares urbanas. A Planta e a descrição dos viajantes dão-nos conta de espaços equilibrados entre edificações, arruamentos e vegetação dos quintais, com harmonia na construção da paisagem dos aglomerados permitindo a visão das “perspectivas muito agradáveis” a que se refere Saint’Hilaire.

Precisaríamos em outro momento, que esta comunicação não se adequa, refletir sobre a construção da cidade na região das Minas Gerais, considerando a importância dos quintais, o desenho de sua apresentação, a sua inserção na *physis* e no universo sócio-cultural da aglomeração que surge e se constrói no século XVIII. Aí dialogaríamos com os historiadores das cidades e perceberíamos a relevância dos quintais no planejamento das construções urbanas e na disposição do espaço das urbes de Minas. Penso que os historiadores intérpretes de nossas cidades coloniais, ainda não problematizaram suficientemente, a presença dos quintais e os espaços de abastecimento alimentar nos arraiais, vilas e cidades do período. A insistência em ver estruturas edificadas e seus valores funcionais e estilísticos tem deixado para um segundo plano de interesse espaços de arruamentos e conformações estruturais onde se implantam os edifícios.

Algumas pressuposições, no entanto, já se adiantam, à luz de pequena documentação pesquisada.¹⁹ Nelas percebemos a importância da construção da paisagem urbana e do equilíbrio entre espaços edificados e “vazios” de composição vegetal. Para exemplificar, continuemos com os relatos coevos e com o espaço do arraial do Tejuco. Auguste de Saint’Hilaire nos diz em sua visita de 1817:

Os jardins são muito numerosos e cada casa tem, por assim dizer, o seu. Neles vêem-se laranjeiras, bananeiras, pessegueiros, jabuticabeiras, algumas figueiras, um pequeno número de pinheiros (*Araucaria brasiliensis*) e alguns marmeleiros. Cultivavam-se também couves, alfaces, chicória, batata, algumas

¹⁹ Aqui é justo agradecer a pesquisa documental no Arquivo Público Mineiro e a leitura de relatos de viajantes estrangeiros realizadas pelos estudantes bolsistas de Iniciação Científica (FAPEMIG e CNPq) Cássio Bruno Rocha, Gilmar Rodrigues Pereira Júnior, Henrique Brener Vertchenko, Davi Aroeira Kacowsk, Paulo Renato Andrade Silva, Danilo Marques, Mateus Freitas R. Frizzone, Bruno Vinícius de Moraes e Mahira Caixeta.

ervas medicinais e flores, entre as quais o cravo é a espécie favorita. Os jardins do Tijuco parecem-me geralmente melhor cuidados que os que havia visto em outros lugares; entretanto eles são dispostos sem ordem e sem simetria. De qualquer modo resultam perspectivas muito agradáveis dessa mistura de casas e jardins dispostos irregularmente sobre um plano inclinado. De várias casas vêem-se não somente as que ficam mais abaixo, mas ainda o fundo do vale e os outeiros que se elevam em face da vila; e não se poderá descrever bem o efeito encantador que produz na paisagem o contraste da verdura tão fresca dos jardins com a cor dos telhados das casas e mais ainda com as tintas pardacentas e austeras do vale e das montanhas circundantes.²⁰

Como vemos, as flores, também, compõem a paisagem dos quintais. A despeito delas, não podemos pensar em espaços traçados à esquadro e régua com a simetria dos jardins públicos europeus, como a Planta do Tejuco acima demonstra. Falando de flores, ainda no Tejuco, Saint’Hilaire descreve:

As plantas ornamentais cultivadas nos nossos jardins e transportadas ao Tijuco, tais como os cravos, o botão-de-ouro, a saudade, a margarida, o amor-perfeito, florescem principalmente nos meses de outubro e novembro, e parece que mudando as fases dos seus ciclos as diferentes espécies continuaram a manter os mesmos intervalos entre as respectivas épocas de floração; porque é em setembro que a anêmona floresce e em agosto a violeta.²¹

A julgar pela percepção de Saint’Hilaire há uma certa indistinção entre o quintal urbano e aqueles de casas de fazendas por onde passou. Saindo do Tejuco e se encaminhando para Vila Rica, ele nos caracteriza o quintal da casa de Intendência na Vila de Sabará e do cuidado com as pragas que poderiam diminuir sua produção:

A sede da Intendência do ouro, velho edifício de um andar, acha-se em ruínas; mas seu pomar é notável em relação a essa região. É atravessado, em seu comprimento por uma aléia guarneçada, de cada lado, por uma fileira de laranjeiras cujos troncos são circundados por um vaso de barro cheio de água; isso é usado para impedir às formigas, muito comuns em Sabará, de subir às árvores e devorar as folhas.²²

As formigas, a julgar toda uma preocupação ao longo da história, sempre foram problema para quintais e plantações no nosso meio. Elas são endêmicas nas Américas e são comuns no sul dos Estados Unidos, na América Central e na América do Sul (com exceção do Chile). Esses animaizinhos poderosos pertencem à classe dos insetos e à ordem himenóptera. No Brasil, são doze espécies do gênero *Atta*, sendo que cinco delas são comuns em Minas. Em sua simbiose com os fungos, as formigas têm atividade de *forageamento* que inclui, seleção, corte e transporte de folhas e brotos das plantas para o interior do ninho. Esse material vegetal vai alimentar os fungos e o pavor de todo agricultor ou cultivador de plantas nos quintais e nas roças.²³ Esses insetos “sociais”, em suas formas temporárias aladas (as fêmeas *içás* ou *tanajuras* e os machos *bitus*) ou permanentes (rainha e operárias – jardineiras, cortadeiras e soldados), são para os quintais, pragas a serem combatidas ininterruptamente. No século XVIII e na tradição

²⁰ Auguste de Saint’Hilaire: *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*, Belo Horizonte/São Paulo, Editora Itatiaia/EDUSP, 1974, p. 28.

²¹ *Ibidem*, p. 32-33.

²² *Ibidem*, p. 75.

²³ As informações aqui descritas têm como referência Valéria Mara da Silva: *Nascidas do sol e da chuva. Minas Gerais e o combate às saúvas (1928-1936)*, Belo Horizonte: UFMG/FAFICH/PPGHistória, 2007. (Dissertação de Mestrado).

dos quintais mineiros, cercar as árvores frutíferas e plantas de jardim com estruturas contendo água é combate mecânico eficiente contra os insetos.

Saindo de Sabará na direção de Vila Rica, o viajante Saint'Hilaire hospeda-se na fazenda de Henrique Brandão Barbosa, distante três léguas e meia da Vila sede da Comarca do rio das Velhas. O quintal rural não lhe passa despercebido:

Antes de eu deixar a fazenda, o alferes Barbosa levou-me ao seu jardim, que é muito grande e irrigado, por todos os lados, por pequenos regos. Esse jardim não apresenta, aliás, mais do que grandes canteiros onde são cultivadas hortaliças, separados por fileiras de laranjeiras e diferentes espécies de jabuticabeiras. Tal é o sistema adotado na Província de Minas Gerais, nos jardins a que são dados maiores cuidados.²⁴

Urbanos, peri-urbanos, ou rurais, os “jardins” são expressão de uma forma peculiar de se relacionar com o mundo natural, presente em todas as culturas e que nas Minas Gerais vão assumir características próprias. Espaços preservados pela família, eles são o lugar da ação cotidiana de seus membros, da harmonia do trabalho e do aprendizado infanto-juvenil.

Os pomares dos quintais urbanos e rurais são a fonte primordial de um processo caro à cultura do abastecimento alimentar e do gosto culinário nas Minas Gerais, construído desde os primeiros tempos da ocupação de nosso território. Eles fornecem a matéria prima para os doces de ocasião que mantêm as frutas conservadas pelo açúcar para o consumo cotidiano das famílias e o abastecimento das demandas dos aglomerados urbanos, fora de suas estações. Em São Bartolomeu, uma pequena localidade no percurso de Saint'Hilaire em direção a Vila Rica, depois de passar por Sabará, os quintais se apresentam como lugares especiais para essa produção.²⁵ Ele nos diz sobre a chácara de João Henriques:

A região onde se acha situado o rancho, sendo muito alta, não tem temperatura elevada. As macieiras e os marmeleiros aí dão muitos frutos e a colheita de marmelos é mesmo de grande importância para a aldeia de S. Bartolomeu, cabeça de paróquia, situada a 1 e meia légua de João Henriques. Não há, disseram-me, uma pessoa em S. Bartolomeu que não tenha um quintal plantado de marmeleiros e macieiras; os habitantes fazem com os marmelos um doce muito afamado que é posto em caixas quadradas feitas com uma madeira branca e leve chamada caixeta e não somente vendem essas caixas em Vila Rica e seus arredores, mas ainda fazem remessas ao Rio de Janeiro. Comi desses doces; eles têm pouca transparência, porque não há o cuidado de eliminar as sementes e o miolo; mas têm gosto quase tão agradável quanto as famosas marmeladas de Orleans. Os marmelos que se colhem nesta região aproximam-se menos da forma de uma pêra que da maçã, e não têm a mesma acidez dos nossos. Quanto às maçãs acredito que serão muito boas, se as deixarem amadurecer, pois há o mau vezo de colherem-nas verdes. De resto não é somente em S. Bartolomeu que se plantaram macieiras; elas são plantadas também nos arredores de Vila Rica e na Serra de Capanema.²⁶

²⁴ *Ibidem*, p. 78.

²⁵ Sérgio Buarque de Holanda já registrava em sua análise sobre a sociedade da região mineradora, o gosto pelos doces de frutas e a prática comum na região de produzi-los em variedade. Ver Sérgio Buarque de Holanda: *Metals e pedras preciosas*, in: *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo I, 2º Vol., 7ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1993, pp. 259-310.

²⁶ Auguste de Saint'Hilaire: *Ibidem*, p. 83. São Bartolomeu é, ainda hoje, localidade famosa por seus doces artesanais, produzidos de forma tradicional.

O viajante valoriza a descrição dos quintais e os vai caracterizando e se surpreendendo com novidades por onde passa. No caminho para Congonhas do Campo, daí para São João d’El Rei, passando por Lagoa Dourada, Prados e pela Vila de São José (Tiradentes) são muitas as perspectivas de análise e descrições que o fazem apresentar espécies por ele desconhecidas, como a *Araucaria brasiliensis* e a *Acrocomia sclerocarpa* (Macaúbas). Em 1819, quando já se completavam 3 anos de sua permanência no Brasil, Saint’Hilaire volta a São João d’El Rei e se surpreende com a quantidade de macieiras, pereiras, pessegueiros, damascos e abricós, além de “castanheiros novos” presentes em alguns quintais. Em um pomar, diz ele, “experimentei grande satisfação” ao ver essa variedade de frutas misturadas às comuns jabuticabeiras e bananeiras. “Comi um damasco e uma manga, achando-as excelentes”, completa.²⁷ As comuns bananeiras têm para ele valor especial. Sigamos seu relato.

Nota-se que todas as vezes que descrevo vilas e aldeias das regiões auríferas, refiro-me ao plantio das bananeiras junto de cada casa. Os frutos dessas imensas ervas, muito sadios e nutritivos, são um grande recurso para os pobres, que os comem com farinha e milho.²⁸

As bananeiras são presenças quase unânimes nos quintais mineiros e seu fruto é parte do gosto costumeiro da alimentação das Minas. Planta herbáceo-arborescente do gênero *Musa*, tem três espécies comuns no Brasil e na América Central e produz os frutos em cachos grandes.²⁹ Adstringentes e ricos em vitamina C, cálcio e fósforo os frutos da bananeira são grandes reservas alimentares para as populações, em qualquer estação do ano e, daí decorre sua popularidade. Ingeridos crus, cozidos, assados, fritos ou em doces, complementam o cotidiano alimentar da população. A florescência da bananeira é, também, comestível e vai eventualmente à mesa dos mineiros. Além disso, suas folhas são forrageiras suplementares para o gado bovino e as fibras das bainhas de seu pseudo-caule servem de matéria-prima a um rico artesanato utilitário e lúdico.

De tão comuns e por suas qualidades e características vegetais e visuais, as bananeiras e seus frutos enriquecem o vocabulário metafórico das gentes das Minas (e do Brasil) que designa de *banana* a pessoa sem energia (palerma, abobado) e diz de quem está à beira da pobreza que *passa a pão e banana*. Além disso, *plantar bananeira* é expressão figurativa para designar a atitude de ficar com os pés para cima, apoiando-se nas mãos, em referência à imagem enganadora da bananeira, que tem raízes e caule subterrâneos e pseudo-caule aparente.

Sobre os quintais de Vila Rica, John Mawe, estrangeiro que passas pelo território mineiro entre 1809 e 1810, diz:

Os jardins, plantados com muito gosto, apresentam em sua disposição, espetáculo curioso. Como é difícil encontrar em todo o flanco da montanha espaço plano de trinta pés quadrados, remediaram essa falta, aplainando espaços uns sobre os outros, a distâncias iguais e sustentando-os por muros pouco elevados; escadas conduzem de uns a outros. Esses terraços me parecem o verdadeiro império da Flora, porque jamais vira tal profusão de belas flores. Há, também, excelentes hortaliças de toda espécie, tais como alcachofras, aspargos, espinafre, repolhos, feijão e batatas. Existem frutos indígenas que se aperfeiçoariam, sem dúvida, com melhor sistema de cultivo.

²⁷ *Ibidem*, p. 112.

²⁸ *Ibidem*, p. 116.

²⁹ As três espécies de bananeiras são *Musa paradisiaca*, *Musa cavendishii* e *Musa sapientum*, dando origem a dezenas de variedades.

O pessegueiro parece ser a única árvore européia de fruto exótico aqui introduzida até agora; floresce de maneira surpreendente.³⁰

FIGURA 2



Mariana em aquarela de Thomas Ender, c.1817.

Thomas Ender, em aquarela pintada a partir de sua visita à cidade de Mariana, retrata a paisagem equilibrada entre casario e áreas “vazias” dos quintais, colocando-os em primeiro plano, talvez, na tentativa de ressaltar a importância dessas estruturas para a urbe. De forma similar à planta do Tejuco acima, a diversidade vegetal é caracterizada pela técnica e sensibilidade do aquarelista, pressupondo a percepção de delimitações espaciais distintas para árvores de frutas, canteiros das hortas e edificações. Denota, claramente, a lógica de atendimento à topografia e à proximidade ou distância da morada. Sem régua ou compasso, a ordem não é simétrica, mas atende à funções específicas de cada estrutura na relação com a morada e os seus habitantes.

Interessante observar na aquarela, a representação do jardim do antigo Palácio Novo dos Senhores Bispos, idealizado por D. Frei Cipriano de São José, bispo diocesano de 1798 a 1817 (à esquerda do quadro). A chácara da Olaria foi doada por José de Torres Quintanilha ao Seminário Nossa Senhora da Boa Morte, para que o primeiro bispo de Mariana, D. Frei Manuel da Cruz construísse a residência dos bispos. A construção tem continuidade com D. Frei Domingos da Encarnação Pontével e com D. Frei Cipriano de São José. Conhecido como Palácio da Olaria ou Palácio Novo (para diferenciá-lo do Palácio Velho, casa do Conde de Assumar e primeira residência episcopal), seu jardim foi um investimento de D. Frei Cipriano.³¹ Simétrico e

³⁰ John Mawe: *Viagem ao interior do Brasil*, Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1978, p. 122.

³¹ Ver a respeito, Moacir Rodrigo de Castro Maia: *Uma quinta portuguesa no interior do Brasil: o bispo D. Frei Cipriano e o magnífico jardim do antigo palácio Episcopal de Mariana*. (mimeo). Ver

expressando uma estética europeia na construção de jardins públicos e privados, a representação contrasta com a organização pragmática – *sem ordem e sem simetria*, como queria Saint’Hilaire – dos quintais domésticos.

Naturalmente que essa observação de Saint’Hilaire traduz uma sensibilidade estética neoclássica que pensava os jardins europeus – públicos e privados – e não os espaços de produção dos quintais, marcados por uma racionalidade cotidiana utilitarista, aderida à realidade dos interesses, das aptidões, dos terrenos, dos arruamentos e do diálogo entre espaços domésticos e públicos.

A imagem da aquarela de Ender nos remete, ainda, à referência que José Joaquim da Rocha faz da cidade, em seu *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*. Ele diz sobre a primeira cidade das Minas: “É salutífera, os ares são temperados e produz muita fruta, como bananas, ananases, mamões e laranjas.” Naturalmente que tal produção é oriunda dos quintais domésticos das moradias marianenses.³²

A documentação das Câmaras das Vilas de Minas Gerais no século XVIII, em seus variados processos de controle da ordem social, também é profícua em informar sobre procedimentos e ordenações que visam resolver as contingências da urbe. Há neste sentido, e relacionadas ao nosso tema, determinações que visam coibir e punir a saída de porcos criados nos quintais para as ruas, determinações de limpezas de córregos que banham os quintais das moradas, fiscalização do uso de águas públicas que passam pelos quintais. A diversidade dessa documentação a transforma em rica fonte de pesquisa.

As fiscalizações camarárias também nos informam sobre a construção de cercas nos limites dos quintais e o risco da vontade privada prejudicar moradores vizinhos ou o público em geral, principalmente nas questões ligadas ao acesso às águas dos córregos que serviam para o abastecimento dos moradores nos chafarizes das vilas. Os quintais “com água dentro” dava responsabilidades extras a seus donos. Assim, em Vila Rica, no dia 13 de janeiro de 1742, três moradores solicitam à Câmara licença para colocarem cercas em seus quintais. Reclamam que os vizinhos da rua dos fundos causam enormes prejuízos, ao deixarem entulhos que sujam seus quintais e o córrego que passa por eles e deságua na rua. Argumentam que as cercas não prejudicariam pessoa alguma, mas, ao contrário seriam de utilidade para todos.³³ Confirma-se aqui a estreita relação dos quintais e seus limites com o arruamento e o abastecimento de água dos aglomerados urbanos. Essa questão, no entanto, é objeto da investigação que continua.



Aqui se apresentou um mínimo sobrevôo sobre os espaços rurais e urbanos das Minas Gerais setecentistas e de início dos anos oitocentos, quando a visão dos quintais dá a dimensão de uma paisagem em busca de ordenação. Eles são lugares da família, entre a casa e a rua. Da intimidade daquela e da sua intermediação entre a publicidade destas últimas. Mas são espaços da domesticidade. Quando muito, de uma sociabilidade fraterna ou conflituosa com a vizinhança. Têm a dimensão da segurança dada pela moradia e a da visibilidade dada pelas relações com a sociedade. Antes de tudo, no

ainda, Raimundo Trindade (Cônego): *Arquidiocese de Mariana: subsídios para sua história*, 2ª edição, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1953. Para um estudo mais verticalizado sobre o espaço urbano de Mariana, ver Cláudia Damasceno Fonseca: *Mariana: gênese e transformação de uma paisagem cultural*, Belo Horizonte, IGC/UFMG, 1995. (Dissertação de Mestrado).

³² José Joaquim da Rocha: *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais. Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da capitania de Minas Gerais. Memória Histórica da capitania de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995, p. 96.

³³ APM, Notação CC, Cx. 144, Rolo 543.

entanto, são territórios da materialidade cotidiana em seus elementos mais condizentes com os aspectos familiares da vida. Não há, assim, como refletir sobre o quintal sem pensar a casa de morada, sem perscrutar a sua ligação com os espaços arruados, com a economia abastecedora das localidades. Mas esses são aspectos a serem aprofundados na seqüência da pesquisa.

A interpretação sobre a rede de significados construídos socialmente sobre os quintais, urbanos e rurais, poderá nos levar a perceber elementos importantes da complexa cultura que envolve os espaços domésticos, seus quintais, as sociabilidades que conformam seus territórios. Penso ser importante nessa busca um diálogo com textos documentais e com literaturas, além de uma perspectiva conceitual em torno da representação social sobre esses lugares, na tentativa de buscarmos o “real” ou o “social” através de suas representações materiais e simbólicas.

Os quintais são passado presentificado ou presente construído de permanências. Eles colocam em contato espaços, lugares e paisagens que formam territórios de confluência entre modos de ver e de representar o mundo que não se definem exatamente como urbanos ou como rurais. Evidenciam sentidos novos revelados ou ocultados por uma urbanidade que produz imagens em profusão, tanto reais – como os cenários, as arquiteturas e as paisagens construídas –, quanto metafóricas, através da literatura, da pintura, da poesia, dos discursos sobre a qualidade de vida, sobre a saúde e tantos outros. E esses discursos se apresentam em todos os tempos. Podemos lê-los. Podemos, através deles, freqüentar as hortas e os pomares de nossos quintais.

Abreviaturas:

APM – Arquivo Público Mineiro – Belo Horizonte - MG

BAT – Biblioteca Antonio Tôrres (IPHAN) – Diamantina - MG